



Diário Oficial

Estado de Goiás

GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 02 DE JANEIRO DE 2020

ANO 183 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 23.208

SUPLEMENTO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 20.646, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 14.050, de 21 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 23, § 7º, da Constituição Estadual, por seu Presidente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 14.050, de 15 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º

XVIII -

as) CEPMG Elísio Joaquim de Vasconcelos - Goiatuba;”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS, em Goiânia, 17 de dezembro de 2019.

Deputado LISSAUER VIEIRA
- PRESIDENTE -

Protocolo 162447

LEI Nº 20.647, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Autoriza a utilização da pele de frango isolada na Produção de linguiça de carne de frango frescal.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS, nos termos do art. 23, § 7º, da Constituição Estadual, por seu Presidente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o emprego da pele de frango isolada na produção de linguiça de carne de frango frescal (crua e dessecada), respeitados a identidade e requisitos mínimos de qualidade do produto.

Art. 2º A adição de emulsões de pele de frango na produção de linguiça frescal deverá obedecer ao limite de 30% (trinta por cento) de gordura, regulamentado pela Instrução Normativa nº 04, de 31 de março de 2000, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento - Secretaria de Defesa Agropecuária.

Art. 3º O objeto desta Lei fica sujeito à fiscalização de que trata a Lei federal nº 7.889/1989, que dispõe sobre a inspeção industrial sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 17 de dezembro de 2019.

Deputado LISSAUER VIEIRA
- PRESIDENTE -

Protocolo 162461

LEI Nº 20.648, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Regulamenta o comércio ambulante na área externa do Estádio Serra Dourada.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIAS, nos termos do art. 23, § 7º, da Constituição Estadual, por seu Presidente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regula o exercício do comércio ambulante na área externa do Estádio Serra Dourada por ocasião da realização de eventos culturais, esportivos ou de lazer.

Parágrafo Único. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se área externa do Estádio Serra Dourada os espaços situados nas rampas de acesso ao estádio e na área destinada ao estacionamento de veículos.

Art. 2º Para os fins desta Lei o comércio ambulante é definido como o exercício de atividade econômica por pessoas físicas ou microempreendedores individuais que dispense a instalação de estrutura física fixa.

Art. 3º O exercício do comércio ambulante dependerá de prévio cadastramento da pessoa física ou do microempreendedor individual junto ao órgão gestor do Estádio Serra Dourada, mediante o preenchimento de formulário do qual constarão as seguintes informações:

I - nome completo ou razão social;

II - número, data de expedição e órgão expedidor de documento oficial do comerciante responsável ou titular do registro de microempreendedor individual ;

III - número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) da Receita Federal do comerciante responsável ou titular do registro de microempreendedor individual;

IV - endereços físico eletrônico e número(s) de telefone para contato;

V - posição pretendida, identificada por numeração na planta mencionada no caput do art. 4º desta Lei.

§ 1º Deverão ser anexados ao formulário de que trata o caput deste artigo fotocópias de documentos que atestem as informações prestadas.

§ 2º O interessado poderá anexar documentação comprobatória do tempo em que já ocupa a posição pretendida, se for o caso.

§ 3º No prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a partir da solicitação de cadastramento o órgão gestor do Estádio Serra Dourada deverá emitir certificado de cadastro, para fins de comprovação de regularidade da atividade exercida.

§ 4º O certificado de que trata o § 3º deste artigo terá validade de 2 (dois) anos a partir da data de sua emissão, podendo ser renovado.

Art. 4º O órgão gestor do Estádio Serra Dourada publicará planta de localização das estruturas móveis, identificando o espaço destinado a cada ambulante cadastrado.

§ 1º As estruturas a que se refere o *caput* deste artigo poderão ser instaladas a partir de 4 (quatro) horas antes do horário previsto para a realização do evento cultural, esportivo ou de lazer devendo ser removidas em até 4 (quatro) horas após seu encerramento.

§ 2º Poderão ser utilizados automóveis ou equipamentos rebocados por estes em substituição ou complementação das estruturas móveis de que trata o *caput* deste artigo.

§ 3º A planta de localização referida no *caput* deste artigo observará o direito adquirido dos ambulantes que, na data da publicação desta Lei, ocupam posição fixa há mais de 1 (um) ano.

Art. 5º Os gêneros alimentícios comercializados deverão estar em bom estado de conservação e serem mantidos em condições adequadas de armazenamento, com estrita obediência às exigências da legislação sanitária.

Parágrafo Único. Os detritos decorrentes do comércio ambulante e do consumo dos produtos comercializados devem ser corretamente acondicionados pelo comerciante, atendendo à padronização estabelecida pelo órgão gestor do Estádio Serra Dourada.

Art. 6º É vedado ao Poder Público dispensar tratamento diferenciado ao comércio ambulante em decorrência do ramo de atividade desenvolvida ou do tipo de mercadoria comercializada, salvo quanto ao grau de risco estabelecido pelo órgão nacional de vigilância sanitária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
em Goiânia, 17 de dezembro de 2019.

Deputado LISSAUER VIEIRA
- PRESIDENTE -

Protocolo 162462

LEI Nº 20.649, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a denominação do cargo que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
nos termos do art. 23, § 7º, da Constituição Estadual, por seu presidente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A denominação do cargo de Educador Social, prevista na Lei nº 15.694, de 06 de junho de 2006, fica alterada para "Agente de Segurança Socioeducativo".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
em Goiânia, 17 de dezembro de 2019.

Deputado LISSAUER VIEIRA
- PRESIDENTE -

Protocolo 162463

LEI Nº 20.673, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019.

Altera a Lei nº 12.986, de 31 de dezembro de 1996, que institui o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, para acrescentar no artigo 3º, o inciso XII, agregando a composição do Fundo o saldo financeiro positivo do duodécimo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
nos termos do art. 23, § 7º, da Constituição Estadual, por seu Presidente, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 12.986, de 31 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do inciso XII:

"Art. 3º Constituem receitas do FUNDESP - PJ:

.....

XII - o saldo financeiro positivo, apurado mensalmente, na Unidade Orçamentária 0401 - Gabinete do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, após o pagamento das despesas vencidas do respectivo mês, incluindo recursos eventualmente acumulados." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS,
em Goiânia, 20 de dezembro de 2019.

Deputado LISSAUER VIEIRA
- PRESIDENTE -

Protocolo 162464



Estado de Goiás
Imprensa Oficial do Estado de
Goiás



Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz
CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás
Fones: 3201-7639 / 3201-7623 / 3201-7663
www.abc.go.gov.br

Diretoria

José Roberto Borges da Rocha Leão
Presidente

Clebiana Pimenta Gouvêa Cruz
Diretora de Gestão Integrada

Elizeth Castro de Araújo
Diretora de Telerrádiodifusão, Imprensa Oficial e Site

Previsto Custódio dos Santos
Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais



DECRETO DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, resolve exonerar **COSETTE BARRABAS XAVIER DA SILVA**, CPF/ME nº 875.025.939-34, do cargo em comissão de Subsecretário de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, DAS-2, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de janeiro de 2020, 132º da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

Protocolo 162427

DECRETO DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201900003013287, resolve exonerar, a partir de 1º de janeiro de 2020, **GUILHERME RESENDE CHRISTIANO**, CPF/ME nº 027.000.365-73, do cargo em comissão de Chefe da Procuradoria Setorial, DAS-6, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e nomear **PAULO ANDRÉ TEIXEIRA HURBANO**, CPF/ME nº 037.494.183-14, para exercê-lo, ficando condicionada a eficácia deste provimento ao atendimento do art. 1º do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião da respectiva posse.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 02 de janeiro de 2020, 132º da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

Protocolo 162444

Secretaria de Estado da Casa Civil

PORTARIA Nº 1431, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SUPERINTENDENTE DE LEGISLAÇÃO, ATOS OFICIAIS E ASSUNTOS TÉCNICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do inciso IX, alínea "a", do art. 1º do Decreto nº 9.375, de 02 de janeiro de 2019, combinadamente com o Decreto nº 9.564, de 25 de novembro de 2019, e art. 26 da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010 e tendo em vista o que consta do Processo nº 201918037002904,

RESOLVE:

Ceder o servidor **DERCIMAR CUNHA DE ALMEIDA**, CPF nº 947.005.751-15, Técnico em Gestão Pública, do Poder Executivo Estadual - Secretaria da Administração, à Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado de Goiás, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, com todos os direitos e vantagens de seu cargo e com ônus para o órgão requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor da Goiás Previdência - GOIASPREV.

PUBLIQUE-SE.

SUPERINTENDÊNCIA DE LEGISLAÇÃO, ATOS OFICIAIS E ASSUNTOS TÉCNICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, aos 18 dias do mês de dezembro de 2019.

Alan Farias Tavares
Superintendente

Protocolo 162420

PORTARIA Nº 1443, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019.

O SUPERINTENDENTE DE LEGISLAÇÃO, ATOS OFICIAIS E ASSUNTOS TÉCNICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso II do artigo 1º do Decreto nº 9.375, de 2 de janeiro de 2019, combinado com o Decreto nº 9.564, de 25 de novembro de 2019, e tendo em vista o que consta do **Processo no 201900006065597**,

RESOLVE:

Com fulcro no artigo 136, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, exonerar, a pedido e a partir de 03 de dezembro de 2019, **ROSELI DE JESUS LACERDA**, inscrita no CPF sob o nº 360.705.561-00, do cargo efetivo de Agente Administrativo Educacional Técnico, da Secretaria de Estado da Educação.

CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE DE LEGISLAÇÃO, ATOS OFICIAIS E ASSUNTOS TÉCNICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, aos 26 dias do mês de dezembro de 2019.

Alan Farias Tavares
Superintendente

Protocolo 162480

ERRATA

Na promulgação da Emenda Constitucional nº 65, de 21 de dezembro de 2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências, levada a efeito no Diário da Assembleia nº 13.247, de 30 de dezembro de 2019, e publicada no Diário Oficial/GO nº 23.207, de 30 de dezembro de 2019, acresça-se um artigo, logo após o art. 4º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

"Art. 5º A implementação das medidas que concernem à adequação da unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Estado de Goiás, especificadas no § 20 do art. 97 da Constituição do Estado de Goiás, e no § 6º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, ocorrerá mediante aprovação de lei complementar de iniciativa conjunta de todos os Poderes e Órgãos Autônomos.

Parágrafo único. Até a data da entrada em vigor da lei complementar a que se refere o *caput*, permanece inalterada a sistemática de análise e concessão de aposentadorias e pensões no âmbito de cada Poder e Órgãos Autônomos."

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em Goiânia, 02 de janeiro de 2020.

Deputado **LISSAUER VIEIRA**
- PRESIDENTE -

Protocolo 162445



DOE AMOR. DOE SANGUE.



abc
AGÊNCIA BRASIL CENTRAL